

# LUTAS E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NA PERIFERIA DA ZONA SUL DE SÃO PAULO

*Struggles and resistance of Black women on the periphery of the south zone of São Paulo*

**Eliana Pereira Silva\***

Assistente Social e Doutora em Serviço Social

## Resumo

O neoliberalismo e suas respectivas contrarreformas explicitam-se a partir do processo de financeirização do capital e da precarização do trabalho, demarcando transformações importantes na relação do Estado, nas políticas sociais e nos movimentos sociais. Em tempos nos quais a ofensiva neoliberal busca deslocar qualquer perspectiva de organização coletiva, mulheres negras e pobres constroem alternativas de luta, resistência e enfrentamento das desigualdades históricas que incidem sobre os territórios periféricos e sua vida cotidiana. Mobilizadas pela precarização da condição de vida e afetadas pela lógica da espoliação urbana, mulheres negras nas periferias têm se organizado na luta pelo acesso a direitos, melhorias nas condições de vida e denúncias contra atos de violência em seus territórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resistência. Mulheres negras. Periferias. Mulheres periféricas.

## Abstract

Neoliberalism and its respective counter-reforms become explicit through the process of financialization of capital and the precarization of labor, marking important transformations in the relationship between the State, social policies, and social movements. In times in which the neoliberal offensive seeks to displace any perspective of collective organization, Black and poor women are building alternatives of struggle, resistance, and confrontation of historical inequalities that affect the peripheral territories and their daily lives. Mobilized by the precariousness of their living conditions and affected by the logic of urban spoliation, Black women in the peripheries have organized themselves to fight for access to rights, for improvements in their living conditions, and to denounce acts of violence in their territories.

**KEYWORDS:** Resistance. Black women. Peripheries. Peripheral women.

## Introdução

Com o avanço da crise capitalista e o aprofundamento das medidas neoliberais, instituem-se renovadas formas de controle social, violência e acirramento das desigualdades estruturais no Brasil. O país entra no século XXI com as maiores taxas de desigualdade social, racial e de gênero e está em posição relevante no *ranking* de indicadores de violação de direitos humanos (IBGE, 2017; IPEA, 2018).

A maioria da *classe que vive do trabalho* (ANTUNES, 2009), em condições precárias e aviltantes do sistema de produção, recebendo diretamente as sequelas e repercussões da barbárie e questão social é negra. A maior parte da população que vive do trabalho é ainda pobre, negra e feminina.

Entre tantas outras expressões da questão social, o aumento dos índices de precariedade das condições de vida e trabalho da população também é acompanhado dos maiores índices de violência e letalidade dirigida aos moradores das periferias e favelas das grandes cidades. O impacto das contrarreformas e a regressão do investimento em programas sociais impactam a vida de uma

parte significativa da população que, sem condições efetivas de *cidadania*, engrossam o contingente da população *sobrante* e miserável, sem perspectivas de acesso às condições mínimas de sobrevivência. Para os pobres *bons*, políticas compensatórias; para os pobres *ruins*, encarceramento, repressão e genocídio (DURIGUETTO; DEMIER, 2017).

É nesse contexto deflagrado de barbárie e acirramento das expressões da questão social que nos indagamos sobre as expressões de luta e resistência manifestadas nas últimas duas décadas e protagonizadas especialmente nas periferias das grandes cidades pela juventude e pelas mulheres.

Especialmente as mulheres negras são as principais responsáveis no protagonismo dos movimentos de luta contra a impunidade e a sistemática violação de direitos humanos nesses territórios.

Este artigo tem como objetivo apresentar o recorte da pesquisa de doutorado da autora sobre as lutas e resistência das mulheres negras na periferia da Zona Sul de São Paulo – SP.

O processo de investigação envolveu pesquisa teórica e de campo realizada a partir de observação participante das atividades de coletivos feministas atuantes na periferia da Zona Sul da cidade, bem como a realização de entrevistas individuais com militantes feministas atuantes desses coletivos.<sup>1</sup>

## **A emergência dos coletivos**

A entrada no século XXI abre um cenário de avanço dos governos progressistas na América Latina. No Brasil, o período que antecedeu às eleições presidenciais de 2002 guardava várias esperanças dos movimentos sociais e da articulação do campo democrático. Nesse período, havia a possibilidade do estabelecimento de um governo que pudesse fazer frente às demandas sociais de distribuição de renda e enfrentamento das desigualdades históricas.

Denominado por alguns como uma onda do novo desenvolvimentismo (CASTELO, 2012) de caráter continental, o período do governo Lula e Dilma no Brasil é caracterizado por vários autores como de atrelamento do pacto social, de enfrentamento da questão social por meio de políticas compensatórias, com a manutenção da política macroeconômica vinculada aos princípios e diretrizes do neoliberalismo.

As contradições e tensões que marcam esse período se dão pela inviabilidade de projeto de distribuição de renda e melhoria das condições de vida da população, sem a sustentação de um projeto político que se propusesse à superação da ordem vigente do capitalismo.

Segundo Mota (2012), esse novo modelo de desenvolvimento defende a intervenção do Estado na economia política e anuncia o horizonte de desenvolvimento econômico com justiça social, ao mesmo tempo em que aprofunda a intensidade e a exploração do trabalho, a mercantilização dos

---

<sup>1</sup> Coletivo Fala Guerreira; Núcleo de Mulheres Negras; e Coletivo Luana Barbosa.

recursos naturais e minerais, a institucionalização dos movimentos sociais, a financeirização da economia e o consentimento das massas, por meio de políticas compensatórias de transferência de renda.

Abramides (2017) destaca que, embora o aprofundamento do neoliberalismo se dê no governo de Fernando Henrique Cardoso, com continuidade nos governos Lula e Dilma, foi no segundo mandato de Dilma (2014-2016) que as maiores pressões da burguesia nacional e internacional tensionaram pelos ajustes macroestruturais, ajuste fiscal e consolidação das contrarreformas.

O Golpe Parlamentar de 2016 intensificou o processo de austeridade e ajustes fiscais, como forma de atender às determinações do capital imperialista. O período após o Golpe Parlamentar de 2016 caracteriza o desmonte das políticas públicas e a destruição e retirada de direitos, tendo como foco a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

A precariedade das condições de vida não se expressa apenas no trabalho, mas na totalidade da vida social, submetida aos maiores impactos da violência e repressão e às formas de manifestação, participação social e política.

No campo ideopolítico, a ofensiva neoliberal contrapõe-se abertamente à cultura democrática e igualitária da época contemporânea (NETTO, 2012b), acirrando o questionamento de afirmação da igualdade civil e política para todos, aumentando as desigualdades entre indivíduos no plano econômico e social, e a expansão do conservadorismo, das forças regressivas e reacionárias, nos diferentes planos da vida cotidiana.

A reatualização do conservadorismo e o avanço das forças regressivas, expressas no fortalecimento e avanço de uma extrema-direita nos diferentes países da Europa e no mundo, se expressa na expansão de formas de racismo, xenofobia e raiva anticomunista, que têm se caracterizado como formas de intolerância disseminada.

No contexto dessas grandes transformações, destacamos a emergência de novas formas de expressão do movimento social, e em especial na década de 2010, a partir da configuração de uma série de manifestações, greves e atos em todo o país. Destacam-se as jornadas de junho de 2013 a ebulição de várias mobilizações, em que uma difusa indignação e heterogeneidade de demandas tomaram as ruas das principais capitais do Brasil. De acordo com Abramides (2017):

Há uma possibilidade histórica de existência de fenômenos sociais e de luta de classes a partir de 2008, e nesse período até 2016 presenciamos ações diretas, mobilizações massivas contra as medidas de austeridade nos Estados Unidos e na Europa, notadamente na França, na Bélgica, na Grécia, na Espanha, em Portugal cujas medidas têm ampliado vertiginosamente as taxas de desemprego e os cortes nos gastos públicos têm destruído direitos às políticas e programas sociais. Na América Latina, ocorrem grandes mobilizações de massa desde 2012, por transporte, habitação, saúde, educação, reforma agrária, demarcação de terras indígenas, além de greves de categorias contra as medidas regressivas nas relações de trabalho (ABRAMIDES, 2017, p. 12).

Importante reconhecer a pluralidade de formas de resistência que despontam, assim como *flores da primavera feminista*<sup>2</sup> e presença massiva de mulheres nos movimentos em geral. Destacam-se as grandes mobilizações contra as pautas ultraconservadoras do governo, tais como o *Fora Cunha!* e as contra o Golpe Parlamentar de 2016.

Se por um lado as transformações do mundo do trabalho e a precariedade das condições de vida impactam sobre a conformação das formas tradicionais de organizar as lutas e resistência do movimento social, por outro o acirramento das desigualdades estruturais, especialmente aquelas vinculadas a gênero e raça, mobilizam a discussão das pautas identitárias e raciais, como formas históricas de sustentação do processo de dominação-exploração.

É no bojo dessas duas questões que se reatualizam formas de luta e resistência vinculadas aos territórios e comunidades nos quais vive a maioria da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009). Se o precariado (BRAGA, 2017) encontra-se pulverizado entre os contratos terceirizados, temporários e informais, são outros diversos espaços públicos e territórios, e não as fábricas, que se transformam nos espaços mais naturais de concentração de mobilização coletiva.

Adensa-se a esse debate uma outra questão fundamental: o desemprego estrutural e o trabalho informal são expressões históricas da forma de viver o trabalho de uma parte da população que, a despeito da crise do modelo fordista, nunca esteve inserida no mercado formal. Destaque-se a realidade da inserção da população negra e das mulheres.

A história das mulheres pobres e negras é a história da inserção precarizada do trabalho com salários mais baixos. O lugar dessas mulheres na divisão social, sexual e racial do trabalho se vincula, entre outras coisas, à necessidade de construção de alternativas de sobrevivência – trabalho informal e por encomenda, trabalho doméstico e de diaristas, cuidadoras.

Entre os anos de 2004 e 2010, foram criados cerca de 2 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, com vencimentos de até 1,5 salários-mínimos. O avanço, portanto, se deu em ocupações na base da pirâmide social (BRAGA, 2017).

Em relação à ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, de um lado há um movimento de expansão da elitização da inserção feminina de mulheres brancas oriundas da classe média em ocupações femininas – caracterizadas por maior formalização e melhores rendimentos – e do lado oposto crescem as ocupações femininas de menor qualidade, com alta informalidade e menor renda, expressando a face precária desse massivo recrutamento de mulheres, aqui provenientes das classes mais pobres e majoritariamente negras, alocando-as nos empregos domésticos, de prestação de serviços e também naquelas ocupações ligadas à produção da indústria.

Essa questão configura para essa maioria da população uma práxis social e política a partir de outros referentes que não apenas as formas de organização tradicionais – como o partido ou o sindicato –, haja vista a luta das mulheres da periferia por melhores condições de vida mobilizada

---

<sup>2</sup> No Brasil se criou o termo 'primavera feminista' para expressar a entrada em cena de um movimento amplo de mulheres por todo o país, lutando por direitos democráticos contra a opressão às mulheres.

na década de 1970, as mobilizações e a organização em agremiações negras do início do século XX até os dias hoje.

Na cidade de São Paulo, os territórios negros (ROLNIK, 1989) do início do século XX conformaram nossas atuais periferias e favelas, carregando o legado de lutas históricas de sobrevivência. E, nesse sentido, associações culturais, de arte e agremiações foram tendo papel fundamental no processo de resistência, configurando os bailes dos anos 1980 e atuais saraus, movimentos culturais e periféricos.

Os coletivos aqui apresentados também emergem desse contexto, agregando as mulheres mais jovens, com uma forma de participação social e política aparentemente não vinculada às formas tradicionais de representação popular.

Esses coletivos têm se caracterizado como organizações fluidas, informais e horizontais “e discursivamente distantes da política parlamentar e das organizações tradicionais” (PEREZ; SOUZA, 2017, p. 41). Estão sendo pesquisados por autores tradicionalmente preocupados em entender as expressões do movimento social em seus diferentes contextos.<sup>3</sup>

O que emerge no percurso do aprofundamento da história de nossa formação social, da história do movimento de mulheres negras e na participação do cotidiano dos coletivos é uma juventude nascida sob a égide do neoliberalismo, da exacerbação do individualismo não como ideário, mas como organizador da vida concreta, que tem se organizado de formas não tradicionais devido às próprias características de vinculação da produção da vida, ou seja, do que possuem como possibilidade de trabalho e de sobrevivência em seus locais de pertencimento e de relações.

Destacam-se aqui especialmente os coletivos vinculados às lutas feministas, antirracistas e pelos direitos da população LGBTQI+ vinculados a universidades e territórios (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018). Tratam-se, geralmente, de coletivos que se reivindicam autônomos, e que assim se inter-relacionam como forma de expressar sua não vinculação a partidos políticos, sindicatos ou mesmo Organizações não Governamentais (ONGs), que tentam garantir para si independência e autonomia nos rumos a seguir e nas tomadas de decisão.

Nas últimas décadas, os sonhos de trabalho da sociedade, vivenciados pela geração anterior, são atravessados pelas experiências concretas de trabalho já muito precarizadas. As lutas e resistências se conformam ainda na luta por conseguir tempo e condições para a vida coletiva e

---

<sup>3</sup> “No cenário do mundo globalizado, a partir do final do século XX, observam-se: a rearticulação das formas de dominação, nova (re)divisão internacional do trabalho entre os Estados-nações operada pelas políticas econômicas contemporâneas e os novos mecanismos de ação dos mercados e agentes financeiros, novas políticas públicas, por meio das quais o Estado passa a ser gestor/controlador e não promotor de direito de bens e serviços; e novas práticas sociais em um mundo crescentemente moldado pela complexidade. Essa globalização assimétrica se beneficiou da importância crescente das redes e dos fluxos das novas tecnologias de informação e comunicação. Isso tudo levou a uma reestruturação das formas de organização e de protestos das ações coletivas e dos movimentos sociais nas últimas décadas” (COHN; BRINGEL, 2014, p. 8).

compartilhada, seja nos espaços formais de trabalho, seja na organização dos movimentos ou na organização e sustentação da vida comunitária.

## Cotidiano e história

A história da Zona Sul é uma história de resistência na luta por direitos; a luta por moradia digna é uma das primeiras da região, sendo seguida pela luta por equipamentos públicos, como creches e postos de saúde.

O processo histórico de desenvolvimento urbano trouxe consigo amplo processo de espoliação, no qual uma parte significativa da população foi expulsa das regiões centrais, em um primeiro momento, para compor as primeiras periferias da cidade.

Essa expulsão se deu especialmente a partir dos anos 1970 e 1980, com a migração de grandes segmentos da população que chegavam a São Paulo em busca de melhores condições de vida. Dentre as estratégias de sobrevivência, destacam-se o processo de ocupação de grandes áreas nos extremos da cidade e o processo de autoconstrução, entre outras diversas formas de a classe se organizar para trabalhar e continuar vivendo.

Nesse período, as mulheres ocuparam espaço não apenas como parceiras e companheiras dos homens na construção e organização desses territórios, mas também como protagonistas, haja vista sua história de articulação na Zona Sul com o legado das lutas na região por melhores condições de vida.

Esses registros significativos têm sido recuperados como legado a partir da produção intelectual de muitas jovens militantes<sup>4</sup> e nos permitem entender o quanto o Clube de Mães, a organização das mulheres nos movimentos de base, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na articulação com sindicatos e frações do movimento operário e o Movimento Contra a Carestia (OLIVEIRA, 2019), por exemplo, têm relação com o processo político e a trajetória de mulheres militantes na região.

A partir dos Clubes de Mães da Zona Sul, as mulheres participaram de várias lutas nos bairros, desde as reivindicações de serviços públicos, como água, esgoto, creche e postos de saúde, até reivindicações mais amplas, como os movimentos de custo de vida e luta contra o desemprego nos anos de 1970.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Dentre as diversas produções, destaca-se a dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela Unicamp de Danielle Regina Oliveira, integrante do Coletivo Fala Guerreira, intitulada *Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas* (OLIVEIRA, 2019). Nesse trabalho primoroso, a jovem pesquisadora discorre sobre a militância na periferia a partir da concepção e da construção coletiva das mulheres.

<sup>5</sup> Viezzer (1989) destaca a importância do Clube de Mães nesse período e a contribuição específica dos Clubes de Mães da Zona Sul, atribuindo a eles a origem e a articulação do Movimento de Custo de Vida, que posteriormente se tornaria o Movimento Contra a Carestia. Esse movimento teve papel fundamental para a conquista de infraestrutura, pois influenciou a implementação de políticas públicas na região.

As mulheres do Clube de Mães tiveram papel de destaque, participando, por exemplo, dos Congressos da Mulher Paulista, de 1979, e ampliando a participação da periferia (TELES, 1999).

Na Zona Sul a criação do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP) na década de 1980 e os processos de mobilização em torno do Fórum de Defesa à Vida – em um contexto de enfrentamento das violências perpetradas contra a juventude nos anos 1990 – conferiram à região uma identidade importante no que diz respeito à denúncia, às lutas e ao enfrentamento relacionado à defesa dos direitos humanos.

Os anos 1990 expressaram a crise de desemprego e o acirramento das condições de vida da população. A cidade adensou suas margens a partir da grande expansão das periferias. A emergência da luta política contra a violência e o autoritarismo nas periferias não se encerrou com a abertura democrática, ao contrário, foi agravada por ofensivas e violentas abordagens realizadas por policiais nas regiões periféricas. Foi o tempo das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rotas) e de vários mecanismos de recrudescimento da violência e repressão contra a população pobre.

Do ponto de vista do trabalho, a dinâmica social das periferias gravitava em torno das categorias de trabalho (sobretudo industrial), que se encontravam imbuídas da promessa de contrapartida fordista do assalariamento. O projeto de ascensão social das famílias se constituía como um nexo de sentido que vinculava o trabalho e a periferação ao projeto de modernização do país e à perspectiva de integração das gerações futuras (FELTRAN, 2011). Nos grandes centros urbanos, as mulheres se destacaram como força de trabalho e na criação de maneiras de se manter, sustentar e organizar a vida familiar e comunitária.

Quando da entrevista com as lideranças dos coletivos, muitas se referem aos anos de 1990 como período de violência, mas também de grande renovação e expressão artística. É o tempo de grande expressão do *rap*<sup>6</sup> nacional e do movimento *hip-hop*, com grande impacto sobre a consciência dos jovens que conviviam no contexto das periferias.

Nesse contexto de avanço do neoliberalismo, emergem várias formas de organização social e política nas periferias: ONGs, organizações comunitárias, grupos de economia solidária, coletivos e saraus de cultura, além de várias outras formas de expressão dos *novos* movimentos sociais (SADER, 1988; GOHN, 2008).

A repressão e violência policial dos anos 1990 sobre as populações periféricas resultou em um tipo de sociabilidade marcada por várias formas de expressão de resistência. As lutas históricas foram incorporadas à relação com o legado dos movimentos sociais e com a presença das ONGs.

A trajetória das mulheres do território é marcada também profundamente por sua experiência no campo da cultura, isso inclui a trajetória dos jovens adultos da região, que é atravessada pela experiência e vivência com o *rap* dos anos 1990.

---

<sup>6</sup> Importante dizer que o *rap* e o *hip-hop* nacionais constituem mais do que uma expressão artística, se tornaram um importante movimento de crítica social, especialmente na denúncia do racismo e da violência do Estado. Como expressão importante desse movimento é importante citar os Racionais MC's, grupo originário da região do Capão Redondo, Zona Sul da capital paulista, na década de 1990.

No decorrer dos anos 2000, várias iniciativas foram desenvolvidas no território, o que configurou a Zona Sul como polo do movimento cultural e como expressão importante de resistência. Nessa região, como acontece em outras periferias da cidade que estão à margem do ordenamento jurídico e institucional, se construiu uma importante sociabilidade de resistência (FUZIWARA, 2014), que se expressa a partir de várias formas de manifestação: articulação em torno de necessidades concretas de melhoria das condições de vida, produção cultural e artística.

Os espaços culturais constituem mediação importante no contexto de formação social e política<sup>7</sup> da região. É notória a produção de uma expressão artística engajada com a denúncia de violações de direitos e a mobilização pela luta e pelo enfrentamento das violências e desigualdades.

É interessante observar que, quando das entrevistas ou mesmo da participação nas atividades e encontros com os coletivos, as mulheres sempre se referenciam ao que foi, e ainda é, a potência do seu próprio território, *articulação, coletivização e redes de solidariedade*. As mulheres trazem o conhecimento vivo dessa questão no relato de suas trajetórias e das histórias contadas por suas familiares e outras referências mais velhas do território.<sup>8</sup>

O contato com as histórias de luta e resistência da região, bem como a vivência nos espaços de manifestação crítica abrem possibilidades de ampliação de certa consciência sobre as desigualdades e as dificuldades de acesso aos direitos e mobilizam as mulheres jovens na busca ao entendimento do contexto das lutas mais amplas.

No caso dos coletivos de mulheres, as pautas do feminismo para a defesa de seus direitos, do cuidado e do enfrentamento das violências se mantêm como pautas permanentes e são agregadas a outros temas relacionados entre si, como é o caso do genocídio da juventude negra e das demandas por melhores condições de vida e trabalho.

Nos termos de Oliveira (2019), o movimento cultural da região representa importante aspecto da práxis política, com espaços caracterizados especialmente pela convivência, debate, formação e produção cultural, com protagonismo das mulheres.

A problematização em relação às opressões de gênero no interior do movimento cultural – e de outros movimentos sociais – confere uma característica particular na formação dos coletivos de mulheres na região, pois é a partir das discussões sobre esse tensionamento que elas têm oportunidades de ampliar a consciência em relação às desigualdades de gênero, que não estão desvinculadas das discussões sobre classe e raça, e da consciência da complexidade da articulação entre essas opressões.

---

<sup>7</sup> Sobre a emergência no campo das artes de um modo geral e as particularidades das produções realizadas no interior do movimento cultural nas periferias, ver tese de doutoramento de Aurea Fuziwara (FUZIWARA, 2014).

<sup>8</sup> Das coisas que me propus a ver e acompanhar, vale a pena assistir aos documentários produzidos por redes de jornalismo independentes e ativismo político na região, como *Nós, carolinas: vozes das mulheres da periferia* (2017), produzido pelo Nós, Mulheres da Periferia, e *Matriarcas* (2019), curta-metragem produzido pelo Periferia em Movimento. Ambos retratam histórias anônimas de mulheres que construíram e constroem a história da Zona Sul. Destaca-se neste último documentário o registro da região do Grajaú.

Os coletivos que atuam no território da Zona Sul de São Paulo se organizaram a partir de uma diversidade de formas de expressão. Além dos espaços de produção artística e cultural, destacam-se a auto-organização em redes de cuidado, grupos de convivência e apoio mútuo e coletivos de mulheres lésbicas, entre outros.

As mulheres atuam ora partir da representação do coletivo, ora pela ação autônoma e independente. A diversidade, que não é casual, se expressa também na composição das integrantes, majoritariamente mulheres jovens (o que não exclui a presença de mulheres mais velhas) e presença importante de mães-solo.<sup>9</sup>

O cansaço presente na rotina dos dias que se sucedem entre a casa e o trabalho não impede o surgimento de formas de organização coletiva, algumas espontâneas e pontuais, outras que se transfiguram em mobilizações de maior vigor reivindicativo e de compreensão da realidade.

Questões vinculadas ao desemprego estrutural se expressam especialmente no cotidiano da população, a partir de iniciativas de geração de renda informais como os pequenos comércios no território. Em bairros como o Jardim São Luís, assim como em toda região periférica, é possível notar uma malha de comércio organizado de maneira a oferecer trabalho e emprego para os moradores da região.

Mesmo diante da precariedade de condições de vida, o território é refúgio importante para as famílias, lugar onde se constitui identidade, redes de solidariedade e encontro para superação das dificuldades da vida.

A ideia de “*nós por nós*” define um posicionamento político que expressa também o descrédito em relação a uma *esquerda* que pouco tem dialogado com esse segmento da população nos últimos anos. Essa questão se expressa especialmente na problematização das questões raciais e sua relação com o aumento exponencial de mortes da juventude negra e pobre, além das dificuldades de acesso aos direitos essenciais e ao trabalho.

A questão da autonomia, nesse contexto, se vincula à perspectiva crítica e ao posicionamento político diante das contradições verificadas na ampliação de políticas públicas e promessas de um governo democrático popular e, ao mesmo tempo, ao aumento exponencial da violência, da repressão e da desigualdade de direitos da população mais pobre das periferias.

Nesse sentido, a necessidade de construção das próprias formas de organização se relaciona ainda com dificuldades históricas em relação ao tratamento de suas demandas como mulheres, negras e pobres, no interior dos movimentos sociais, nos partidos políticos e no contexto acadêmico. São questões presentes na história do movimento de mulheres negras, do feminismo e do movimento de mulheres nas periferias.

De acordo com Oliveira (2019), a construção de uma rede de mulheres que se fortalecem por meio de várias iniciativas e coletivos é uma escolha feita pelas próprias mulheres no sentido de

---

<sup>9</sup> Termo associado a mães que assumem a responsabilidade de cuidado de seus/suas filhos/filhas sem a presença paterna, podendo ser casadas, solteiras, divorciadas ou viúvas.

não se vincularem às formas tradicionais de organização política. Isso, no entanto, não significa que elas estejam organizadas de forma independente e institucionalizadas em outros espaços.

No contexto das periferias, entendemos que os coletivos não são apenas novas formas de expressão do movimento social e de resistência à ofensiva neoliberal, eles também expressam a continuidade do feminismo negro e do movimento de mulheres, agregando elementos de várias expressões do feminismo, especialmente no que se refere ao questionamento das práticas e dos discursos elaborados pelo feminismo hegemônico.

## **Conclusão**

O neoliberalismo apresenta uma série de repercussões para a vida das mulheres, especialmente do ponto de vista da organização política. Repercussões que não se resumem a destruição de direitos e precarização das condições de vida e trabalho, mas que também se configuram a partir de uma persistência retórica do individualismo, na contramão da construção de alternativas coletivas para os problemas comuns.

O debate acumulado pelas questões de gênero e raça nos últimos anos, bem como a ampliação de acesso às políticas públicas e às ações afirmativas configuraram um cenário muito diverso de fazer a luta em relação às gerações anteriores.

No entanto, as lutas cotidianas ainda versam sobre a necessidade de melhoria das condições de vida, lutas que ainda estão muito vinculadas ao chão das desigualdades e iniquidades históricas: o desemprego estrutural, o autoritarismo de Estado na relação com a população, o machismo e o racismo como fundamentos de processo contínuo de exploração e violência, entre outros. Identifica-se aí o fio que conecta as histórias das mulheres das diversas gerações a uma práxis social e política das classes subalternas, majoritariamente negra que se dispõe a viver e lutar nos contextos dos seus territórios.

A luta cotidiana é intermeada pelas urgências e cansaços da exploração do trabalho. O contínuo processo de exploração e assolamento das condições de trabalho incidem na formação constante de novas periferias.

Nos diferentes espaços e rodas de conversas dos coletivos, é recorrente a discussão sobre as dificuldades objetivas de se coletivizar em razão das demandas constantes do trabalho fora e dentro de casa e das necessidades de cuidados com os outros: filhos, companheiros e demais redes de sociabilidade. Essa é uma questão que também concorre para os impedimentos e abandonos dos projetos de estudos.

É evidente que essas formas alternativas têm limites claros, colocados pela conjuntura que incide sobre as mulheres – a sobrecarga e a precariedade do trabalho, a responsabilização quase que exclusiva pelos cuidados das crianças, idosos e jovens, o fato de serem a referência de cuidado nos espaços comunitários –, mas essas formas de cuidado compartilhado acontecem no desejo e necessidade concreta de se manter vivas.

Nesse sentido, ao me aproximar dos coletivos e das trajetórias de suas lideranças, pude evidenciar a importância das *redes de solidariedade* para essas mulheres, questão que se expressa na vida compartilhada cotidianamente com o cuidado mútuo entre elas, compartilhamento do cuidado dos filhos, entre outras formas de apoio que por sua vez se aproximam da história dos quilombos, persistentes como necessidade e reivindicação.

## Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 456-475, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17800>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Trabalho, sindicato, saúde e serviço social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (org.). **O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 225-244.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRINGEL, Breno. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: FASE. **A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades**. Rio de Janeiro: FASE, 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST69/Claudia\\_Pons\\_Cardoso\\_69.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf). Acesso em: 3 nov. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 613-636, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400002>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, v. 9, n. 2, p. 8-19, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argum.v9i2.17066>. Acesso em: 3 nov. 2022.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Debates no “mundo do crime”, repertórios da justiça nas periferias de São Paulo. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba; TELLES, Vera da Silva (org.). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

FUZIWARA, Aurea. **Atividades artísticas e lutas democráticas na construção da sociabilidade de resistência contemporânea**. 2014. 202 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17694>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos Sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1998. Disponível em: <https://hertoriapreta.blogspot.com/2009/06/por-um-feminismo-afro-latino-americano.html>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod\\_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 2 nov. 2022.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica Socioeconômica**, n. 37, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8398>. Acesso em: 2 nov. 2022.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, p. 413-429, 2012a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>. Acesso em: 2 nov. 2022.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Nós, carolinas: vozes das mulheres da periferia**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=firLn02imCM>. Acesso em: 2 nov. 2022.

OLIVEIRA, Danielle Regina de. **Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas**. 2019. 269 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2019.1097490>. Acesso em: 2 nov. 2022.

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. **41º Encontro Anual das ANPOCS**, 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/10696->

velhos-novos-ou-novissimos-movimentos-sociais-as-pautas-e-praticas-dos-coletivos?path=41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15. Acesso em: 2 nov. 2022.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Matriarcas**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63dSpg3JQql>. Acesso em: 2 nov. 2022.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/lis.v22i40.46648>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras**: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIEZZER. Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Biblioteca da Educação. Série 3. Mulher Tempo, v. 2.)

## NOTAS

### \* Eliana Pereira Silva

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica/SP (2020) com pesquisa sobre lutas e resistências das mulheres negras da periferia de São Paulo. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014). Atua como docente e pesquisadora de questões de gênero, racismo, saúde e violência. Membro e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (NEAM) da PUC/SP. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente no campo da promoção de saúde, gênero e violência. Desenvolveu na trajetória profissional as habilidades de gestão, elaboração de indicadores e avaliação de projetos sociais; coordenação de serviços comunitários, projetos e campanhas de prevenção e combate às violências.

E-mail: [elianapere@gmail.com](mailto:elianapere@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-8219-2119>

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

### FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

## **LICENÇA DE USO**

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER**

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES**

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 01-10-2022 – Aprovado em: 14-10-2022 – Publicado em: 29-12-2022